



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



como a Colômbia. Lá também a nossa posição tem sido, o quanto possível, uma posição de fortalecimento do governo da Colômbia. O Brasil reiterou sempre sua disposição de apoiar o governo, se dispôs a ser observador, somos observadores da zona de paz, mas não pertencemos ao grupo negociador porque isso é uma decisão da Colômbia, não é uma decisão nossa. Talvez seja até mais conveniente não estarmos diretamente envolvidos em uma negociação dessa natureza, posto que temos uma fronteira imensa com a Colômbia. E temos que cuidar dessa fronteira para evitar que haja, por acaso, algum desdobramento menos desejado nessa fronteira.

Nós continuamos apoiando também, ao mesmo tempo, o respeito ao princípio de não-intervenção em assuntos internos. Portanto, apoiamos o governo, apoiamos a democracia, combatemos os abusos contra os direitos humanos na Colômbia ou onde seja, mas somos muito cuidadosos em tudo que diz respeito à intervenção de outros países, sobretudo nas áreas das nossas vizinhanças. Nunca tivemos qualquer gesto de apoio a isso.

Houve até certa incompreensão quanto à posição do Brasil no que diz respeito ao Peru quando houve a crise de Fujimori. A nossa preocupação era uma só: era uma decisão que tinha de ser uma evolução interna do Peru e não uma intervenção externa no Peru. Mantivemos essa posição à custa de muita crítica, de muita incompreensão, aqui e lá, de que, eventualmente, estaríamos defendendo uma pessoa ou um governo. Não. Defendemos o povo peruano – que tinha escolhido alguém, visto, depois, como má escolha –, que evoluiu, da melhor maneira, através das próprias forças peruanas e não em função de uma intervenção da OEA. E o Brasil, nessa matéria, se manteve fiel ao seu princípio de não-intervenção.

Poder-se-á dizer: “Mas se o Brasil é não-intervencionista, como, então, vai aceitar que haja uma intervenção no Afeganistão?” Volta-se ao tema com o qual comecei. Trata-se, aqui, de um fenômeno de outra natureza, muito mais amplo, de um país que, efetivamente, apoiou, passou a ser uma base terrorista, atuando no mundo todo. Passou, efetivamente, a ser uma base terrorista, ameaçando o mundo

todo. Não ficou dentro da fronteira do Afeganistão, senão que passou a ser uma ameaça mais ampla para todos, inclusive para nós próprios, brasileiros. Portanto, há uma base político-moral para mostrar por que, em um caso, nós dizemos não à intervenção e, em outro caso, é preciso intervir. São situações bastante diferentes.

Nessa mesma linha, assim como temos preocupação com a Colômbia, temos preocupação com Angola. E é uma preocupação antiga. Essa guerra se delonga muito. Existe uma espécie de cegueira internacional com relação ao que acontece em Angola.

Talvez alguns dos Senhores – certamente o General Gleuber – tenham estado em Angola. Eu estive em Angola. Eu fui lá, a Cuito, fui ver onde estavam as nossas tropas e não foi a única vez que estive em Angola. É uma situação hoje inaceitável diante do que o mundo já pode fazer ou que está sendo feito. Não está sendo feito nada, praticamente. E se tem a sensação de que há interesses comerciais, interesses em função do diamante, em função do petróleo, que prevalecem sobre o interesse, não digo só da democracia, mas da integridade física de um povo que está sendo mutilado por minas antipessoais, está sendo mutilado pela desordem, pelo crime, pela fome. É alguma coisa que todas as vezes que o Brasil pode, o Brasil, com força, tem discutido essa questão, e até diretamente, com as pessoas que podiam influenciar mais abertamente para uma situação melhor em Angola.

Além disso, mantemos a nossa preocupação muito forte com relação a outras questões.

Na questão do meio ambiente, a posição do Brasil tem sido persistente e consistente. E a verdade é que temos conseguido grandes avanços. Toda a gente sabe, ou os que não sabem saberão, que os acordos de meio ambiente de Kioto foram feitos através de uma proposta que é basicamente brasileira.

Qual é a questão? A questão diz respeito à mudança de clima, diz respeito ao efeito estufa, diz respeito ao fato de termos, hoje, a emissão de gases, sobretudo CO₂ – não é o único –, que provoca um certo aumento de temperatura média na Terra, com consequências desastrosas para a humanidade, para todo o mundo. E os países que

mais poluíram são os países hoje mais industrializados. Nós também poluímos. Mas a nossa posição é a de que a responsabilidade deve ser uma responsabilidade não apenas coletiva, mas desigual: quem mais polui, mais deve pagar pela recomposição da situação. Senão, isso teria como consequência impedir o desenvolvimento de alguns países e não tomar em consideração que a poluição foi causada por outros.

Obviamente, os países que estão em desenvolvimento precisam de uma cota ainda maior de utilização de fontes energéticas que não são as mais puras. Como compensar isso? A proposta foi brasileira. Eu me recordo de que o Presidente Clinton conversou comigo duas vezes durante o encontro em Kioto, e eu conversei com o então Ministro José Israel Vargas, que era quem estava levando as negociações, e com o Doutor Gilmar, que foi, realmente, o autor dessas propostas, brasileiro também, da Agência Espacial. E a proposta consiste num mecanismo complexo. Chama-se mecanismo de compensação do desenvolvimento limpo, porque faz com que os países desenvolvidos paguem proporcionalmente mais do que os países em desenvolvimento em consideração a alguns dos nossos recursos, como as florestas em nascimento, como mecanismo de absorção do CO₂, e, portanto, possamos descontar a nossa cota de contribuição solidária para melhorar as condições ambientais do mundo. Ademais, os países que estiverem poluindo, se quiserem compensar o que estão fazendo, podem ajudar as formas de desenvolvimento limpo nos países que estão em desenvolvimento. Isso geraria todo um mercado novo de títulos, que poderia facilitar o combate ao efeito estufa e, ao mesmo tempo, daria condições de melhor aproveitamento do desenvolvimento dos nossos países.

O governo Bush se recusou a aceitar o Protocolo de Kioto, que havia sido aceito pelo governo anterior. Recusou-se, e a primeira vez que estive com ele foi taxativo na recusa. Agora, ganhamos em Marrakesh, na reunião sobre meio ambiente, há cerca de um mês. Houve, de novo, um acordo. Os países europeus entraram nesse acordo, de tal maneira que está se criando um clima que dificilmente permitirá que algum país se isole desse mecanismo que foi proposto

em Kioto. Isso é um avanço importante que diz respeito também à segurança, porque é o desenvolvimento e a segurança da humanidade em termos de condições ambientais.

Mas tão importante quanto isso tem sido a batalha que estamos travando, nos organismos internacionais, no que diz respeito à questão do comércio, no que diz respeito à Organização Mundial do Comércio e às regras de comércio, as regras discriminatórias. É fundamental que elas sejam combatidas para que possamos ter melhores condições de acesso aos mercados internacionais.

Toda a gente viu pelos jornais o que aconteceu em Doha, no Katar, onde, efetivamente, consolidamos algumas posições que havíamos defendido anteriormente. Antes, já havíamos consolidado uma posição importante na Organização Mundial do Comércio e na Organização Mundial de Saúde, anteriormente ainda, no que diz respeito à lei de patentes. O princípio de que é possível quebrar patentes ou forçar a quebra de patentes, ou forçar que as empresas produzam, num certo local, medicamentos, quando são essenciais para a saúde pública, foi uma tese brasileira vitoriosa. Vitoriosa, com luta, com luta dos nossos representantes diplomáticos em Genebra, com luta do Ministro da Saúde. E devo dizer que eu mesmo conversei com o Presidente Bush, na última vez que estive com ele, ou na penúltima vez que estive com ele, agora, recentemente. A situação era de quase intransigência dos Estados Unidos. E o resultado foi de transigência. No final, a delegação americana em Doha ajudou em uma solução que consagrou essa possibilidade.

Isso tem um efeito enorme. Porque isso, de alguma maneira, é o princípio de que a vida prevalece sobre o mercado quando o interesse é o interesse nacional, o interesse da população. Essas patentes são importantes, porque o direito de propriedade intelectual é um direito reconhecido. Somos partícipes da elaboração dessas regras, que devem valer. Mas há limites para essas regras.

Mas, talvez, mais importante ou tão importante quanto isso tenha sido o avanço no que diz respeito à matéria comercial. Por quê? Porque, pela primeira vez, se faz uma referência explícita à necessidade, primei-

ro, de existir uma nova rodada comercial no mundo; segundo, de essa nova rodada comercial incluir a questão dos subsídios agrícolas. E, de novo, houve o apoio dos Estados Unidos à posição brasileira, hindu e latino-americana. Houve um certo isolamento de, não é toda a Europa, mas de certos setores da Europa, mas que a União Européia tem de assumir como posição própria. E houve aí, também, um avanço considerável. Os que não estão habituados às lides da diplomacia internacional podem até ficar um pouco assustados: o que significa avanço?

Na verdade, no finalzinho, era uma discussão sobre uma palavra chamada *phasing out*, quer dizer “progressivamente ir desaparecendo”, e colocar-se ou não no acordo final que, progressivamente, era preciso haver o desaparecimento de barreiras comerciais na agricultura. Não se conseguiu isso. Há o compromisso de que as negociações vão nessa direção.

Há importância maior do que se pensa, porque, antes mesmo da Organização Mundial do Comércio – que vai levar anos discutindo isso –, antes mesmo de isso estar consagrado, o mercado avança. E os grupos de interesse percebem que os subsídios estão limitados. É questão de tempo. Então, começam a atuar de outra maneira. E isso já facilita a nossa possibilidade de exportação e de muitos outros países.

Houve, portanto, um avanço significativo nessa matéria de patentes e de agricultura que foi, até certo ponto, inesperado. Inesperado porque a tradição de todos esses mecanismos internacionais é: “Não, não, não e não.” E aqui houve um semi-sim no que diz respeito à questão da agricultura. Por outro lado, estamos olhando o que está acontecendo na União Européia. E a União Européia, neste momento, discute a absorção de outros países, entre os quais a Polônia. E não é o único país agrícola importante, e tornar-se-á cada vez mais difícil, para aqueles que financiam a União Européia, financiar tanta gente.

Naturalmente, os países que não são basicamente agrícolas são os que mais pagam pela política agrícola comum. À medida que se amplia o número dos que são eventualmente titulares das vantagens da política agrícola comum, o custo de manutenção de subsídios vai ser mais elevado e, portanto, há espaço de manobra para que se perceba

que, efetivamente, nós vamos ter, num período de tempo mais curto do que se imaginava, mudanças nessa área.

Um outro item que também é muito importante é o chamado *antidumping*. Os Estados Unidos – e não são os únicos – nunca aceitaram a discussão do *antidumping*, ou seja, da capacidade decisória do Estado americano sobre saber se um produto que está sendo importado pelos Estados Unidos está causando dano ou não aos produtores locais. Se estiver causando dano, impõe aumento de barreiras ou, às vezes, até multas.

Bem, há alguma regulação dessa prática na Organização Mundial de Comércio, mas queremos uma discussão mais ampla do *antidumping*. É natural que os países se protejam. É natural quando existe, digamos, uma baixa de preços produzida, provocada ou permitida pelos subsídios a um produto de exportação que o país importador não deixe que seus produtores sejam prejudicados. O que não é natural é que isso seja tomado como uma decisão unilateral sem regra, porque aí, de repente, se pode cortar toda uma corrente de produção simplesmente porque diz-se que está prejudicando os nacionais sem que, efetivamente, isso esteja ocorrendo, senão que, simplesmente, se está impedindo que haja a concorrência. Então, essa questão do *antidumping* é fundamental.

Se me refiro a esses temas – patente, *antidumping*, subsídio à agricultura – é porque isso é o que vai ser a negociação daqui para frente. Os interesses estratégicos do Brasil estão muito colados a essas questões porque o mundo, hoje, é globalizado. Estamos inseridos nesse mundo e não podemos nos inserir nele sem defender nossos interesses. Toda a questão da globalização não está na globalização, está em saber se se vai lutar para garantir que a integração do país ao mercado internacional se faça havendo vantagem para o país que se está integrando ou se, simplesmente, ele está internamente se desintegrando por causa da integração internacional.

Temos hoje suficiente força econômica, capacidade diplomática e base de segurança para que possamos sentar às mesas de negociação com a cabeça erguida, que é o que temos feito. O que temos feito é não

recusar nunca sentar à mesa de negociações, mas nunca estar de cabeça baixa na mesa de negociações e discutir de igual para igual, ainda quando sejamos desiguais em muitas questões. Mas, em termos de nações, temos que ser de igual para igual e colocar nossos argumentos com força, com serenidade, com firmeza, com tranquilidade e com capacidade construtiva, porque não adianta, simplesmente, dizer: "Eu quero" ou "Eu não quero". Se estamos em um mundo que é crescentemente integrado, quais são as condições dessa integração? "Eu quero se tal e tal coisa". "Não posso aceitar por causa disso". Ter uma atitude, ao mesmo tempo, racional, com argumentação.

A nossa diplomacia tem tido essa capacidade, e as nossas forças políticas têm compreendido a necessidade de dar força a essas posições. E as nossas Forças Armadas são a retaguarda para que possamos ter uma posição ativa nessa matéria de comércio. Serão vanguarda na luta contra o terrorismo – se, eventualmente, for necessário –, mas serão sempre uma retaguarda importante para um país que precisa ter uma política internacional mais ativa, mais firme e que seja independente sem que precise dizer, a toda hora, que é independente. Independente significa que está participando, mas tendo em vista os interesses próprios do país e sendo respeitado.

No mundo de hoje, quem não tiver convicção e quem não tiver o respeito, se os outros não respeitarem, não adianta. É preciso que haja o respeito. E o respeito depende de muitos fatores: da tranquilidade, da institucionalidade democrática, da competência gerencial, da capacidade conceitual, da firmeza de propósitos, enfim, de um conjunto muito grande de fatores. É por isso que temos tido essa posição tão constante na cena internacional nessas áreas.

Mas não nos restringimos à área do comércio. Não nos restringimos à área do meio ambiente. Na área financeira, também. Os jornais de hoje – quem tiver lido o jornal *Valor* de hoje ou a *Folha* – reproduzem artigo de um jornalista chamado Celso Pinto, bastante conhecedor da matéria. Ele resume um debate que está sendo travado de novo, em que os protagonistas são os brasileiros. De novo é a posição do Presidente do Banco Central, Armínio Fraga, a posição do Ministro

Pedro Malan, portanto, a minha posição, a posição do Governo do Brasil sobre o que fazer no que diz respeito aos fluxos financeiros internacionais, o papel do Fundo Monetário Internacional, o papel do Banco Mundial em todo esse mecanismo.

Existe um embate muito forte, neste momento, que está sendo levado adiante, porque existem posições bastante discrepantes entre os nossos interesses e a visão que se está formando, sobretudo, ao redor do Fundo Monetário Internacional em matéria do que fazer quando há uma crise financeira em um dado país.

Nós já tivemos crises aqui. Somos bastante curtidos em matéria de crise. Já somos quase marinheiros de alto-mar, capitães de alto-mar. O Senhor tem que dar a mim um dia desses, Almirante, a capacitação para enfrentar crises, porque temos enfrentado muitas crises – e sabemos o custo delas. Sabemos que, muitas vezes, essas crises não derivam de qualquer erro na condução da política doméstica. E isso não é só no Brasil, é em todos os países. Sabemos que, muitas vezes, elas derivam de fatores totalmente alheios à nossa capacidade de controle.

Portanto, é muito precipitado dizer: “Ah, erraram. Então, que eles próprios paguem o preço dos seus erros.” É essa é uma das posições que começam a prevalecer hoje. É dizer: “Ah, se estão com problema de pagamento das dívidas é porque erraram. Quem emprestou que pague, os bancos ou, então, o País.” Só que ao dizer que os bancos que emprestaram é que paguem, o que os bancos vão fazer? Não vão emprestar mais, porque têm medo de que possam ser penalizados. E quem vai pagar mesmo são os países, é o povo desses países, é a desorganização da economia, é a taxa de juros que se eleva, são essas questões todas, nas quais somos mais do que curtidos.

Então, essa posição se fundamenta em uma visão econômica que tem por base o seguinte: quem toma um empréstimo é responsável, e quem empresta, também. Se quem tinha que pagar não pagou, problema de quem emprestou. Se não for assim, se houver um socorro, existe o que, na linguagem técnica, chamam de *moral hazard*, porque, então, seria não ter risco. O banco empresta facilmente porque sabe que, se a pessoa não pagar, tem uma terceira instância – no caso dos

países é o Banco Central, e, no caso do mundo, é o Fundo Monetário. Bom, não é bem assim. O Fundo Monetário nunca funcionou, realmente, assim, como o banco central dos bancos centrais.

Qual é a nossa posição? A nossa posição é a de que o Fundo Monetário existe para dar apoio também aos países em dificuldade, desde que estejam fazendo o esforço necessário. Mas não se pode, simplesmente, lavar as mãos e dizer: "Não. Arranjem-se", porque, ao dizer "arranjam-se", já se sabe o resultado. O resultado é uma recessão, é uma desorganização, é a dificuldade de sair da crise por muito tempo e, quando saem da crise, os países saem diminuídos.

Isso se está discutindo hoje. Nós conseguimos no Brasil, pela primeira vez, na crise de 99, e graças, em grande parte, ao Presidente Clinton – não foi o único: muitos países europeus nos apoiaram também –, conseguimos, naquele momento, que os Bancos Centrais dos vários países e mais o Fundo Monetário colocassem à nossa disposição 41 bilhões de dólares. Não os usamos. Em 99, nós pagamos tudo, tudo, e, por isso, o Brasil conseguiu, no ano 2000, crescer. E agora, em 2001, de novo, houve um pequeno aporte – coisa de 4, 5 ou 6 bilhões –, que também pagaremos. E por isso não entramos em recessão. Muitas dificuldades, mas, ainda assim, com todas essas dificuldades, os pessimistas dizem que vamos crescer entre 1,7% e 2%. Eu, que sou mais otimista, digo que é entre 2,5% e 3%. De qualquer maneira, é crescimento, quando quase todos os países estão em recessão.

Se não tivéssemos tido esse aporte, estariamos em recessão, porque param os fluxos de financiamento dos bancos, param, às vezes, os fluxos de financiamento até mesmo do comércio. E aí se entra em um processo recessivo. É o que se está discutindo na Argentina hoje. Quem está sendo um instrumento dessa experimentação é a Argentina, que já fez o que pôde, em termos internos, para ver se repõe sua economia. Fez, eu diria até, um esforço para o qual eu tiro o chapéu. E tiro o chapéu para o povo, que está pagando um preço altíssimo. Mas o governo teve coragem também: reduziu o salário. Aqui no Brasil se reclama que o aumento é pequeno – e é. Imaginem reduzir salário. É o que está acontecendo lá: 13%, 15% de redução de salário,

sem falar em outros sacrifícios. Chega a um ponto em que o país não tem mais o que fazer. Não há mais o que pedir ao país. Aí, nesse ponto, se diz: "Bom, a culpa é sua. Arranje-se." Como se arranja?

Então, a nossa posição é a de que – dentro de certos limites, naturalmente, com responsabilidade; não é dar dinheiro por dar dinheiro –, é preciso ver se os governos são competentes, se o governo é capaz de tirar o país da crise, se tem força política, se tem apoio necessário para poder levar adiante uma política.

Mas, nessas circunstâncias, os organismos financeiros internacionais têm responsabilidade, sim, e devem ajudar a formulação de estratégias de reformulação de dívida, antecipar recursos, etc.

Este é um embate que está, neste momento, em curso no mundo. E a nossa posição tem força. Nós somos ouvidos nessas matérias. Nós não ficamos, evidentemente – nem é o caso, está nos jornais –, dizendo o que nós estamos fazendo. Mas o Brasil tem condições, hoje, de discutir, de discutir com firmeza sobre essas matérias.

Vim de Lima na semana passada – sei lá, recentemente, viajando tantas vezes que já não sei –, onde assisti a uma admirável conferência do Vice-Presidente do Banco Mundial, Stern, que é professor da London School of Economics. Ele fez uma brilhante exposição. Fui cumprimentá-lo, e ele me cumprimentou exatamente pela posição dos nossos Ministros da Fazenda e do Presidente do Banco Central na defesa dessas teses, algumas das quais estou expondo aqui, que se fazem, evidentemente, em círculos mais fechados, em círculos de discussão de alta responsabilidade, mas que têm uma implicação muito grande no futuro.

Isso faz com que o Brasil, progressivamente, venha assumindo uma liderança natural em certos setores – não é só Terceiro Mundo não é isso, não –, em certos setores de pensamento que, às vezes, contam, mais adiante, os países desenvolvidos e os que estão em desenvolvimento. Não é só os que estão em desenvolvimento.

Parece-me que é bastante significativo isso que mencionei: quem liderou a discussão, a pedido dos organismos internacionais dos países, na questão do paraíso fiscal foi Armínio Fraga. E quem fez a

abertura do G-20 foi, em conjunto, o Ministro da Fazenda do Brasil, que fez um artigo em conjunto com o Ministro da Fazenda da Alemanha. Fizeram o mesmo artigo e publicaram no mundo todo. Isso mostra que temos, realmente, uma posição internacional forte e que temos de ter confiança nessa nossa capacidade de atuação.

Não quero me estender muito. Já me estendi, talvez, mais do que deveria. Mas queria lhes dizer o seguinte: ao mesmo tempo em que temos essa visão de um país com limitações – que somos os primeiros a saber, reconhecer e até sofrer as consequências delas –, somos um país que tem rumo, que tem capacidade de definir e, portanto, temos que defender com muita força os nossos interesses.

Estamos vivendo um momento muito peculiar da história, porque é um momento em que, de alguma forma, o mundo se integrou de tal maneira que começa a se ver, com mais clareza, quais são os déficits que existem em nível global. Um deles é o de democracia. Não é democracia interna, em cada país, em vários setores do mundo, mas entre os países.

É por isso que temos insistido, de novo, na necessidade de reforma das Nações Unidas, do Conselho de Segurança. Sei das dificuldades. Não são questões que se resolvam em um ano, em dois anos. Pode ser em 10, pode ser em 20. Mas um país como o Brasil tem que postular, com mais força, aquilo que lhe é próprio, o que ele tem direito, pela sua história, pelo que já representa, pelo que é.

E o grande problema, o grande dilema que tivemos, depois do fim da Guerra Fria, foi saber se esse novo mundo político ia ser organizado “à la Westphalia”! Ia ser organizado de que maneira? Com um concerto entre os grandes? Ia ser um só? É a maioria? Como se organiza isso?

Essa questão, inicialmente, parecia ser para um mundo multipolar. Depois, deu a impressão de que ia ser, de novo, um mundo unipolar – a predominância dos Estados Unidos é tão grande, por sua força cultural, financeira, econômica, enfim, militar, por tudo isso.

Muito bem, este 11 de setembro colocou uma dúvida nos próprios americanos sobre esse caminho. Temos que discutir essa questão com fraternidade, mas firmeza. Não pode, este mundo que se globalizou,

ser dirigido nem por um só, nem por uns poucos. Nem por um só, nem por um diretório, G-7, G-8, que, aliás, hoje, não consegue nem se reunir, porque falta legitimidade. Qual é a razão pela qual sete ou oito se juntam e ditam a ordem para os outros? Não há regra.

Essa crise de regra, quem sabe o século XXI resolva. Daí a minha insistência no Conselho de Segurança outra vez. Daí a minha insistência nas Nações Unidas. Não é fácil de resolver. As Nações Unidas cresceram muito. E também não se pode imaginar que pelo voto de pequenos países os grandes países se curvem. Há que ter um certo equilíbrio nessa matéria, que ter certos mecanismos de construção responsável de uma ordem mundial que não pode ser, simplesmente, um país, um voto manda em tudo. Sei que não é assim. Mas também não pode ser um país só e, sem voto, mandar em tudo, ou sete ou oito países resolverem o que mandam. Não dá mais.

Nesse quadro, temos o que dizer, temos o que fazer. E também precisamos começar a apelar para aquilo que foi clássico sempre. Quer dizer, se existe essa mundialização, como dizem os franceses, que não gostam de “globalização”, se as forças da sociedade, hoje, transcendem os limites, pelas próprias redes que se organizam, se existe uma consciência planetária – a questão do meio ambiente é clara nessa matéria: o interesse é da humanidade –, se existe uma questão que é a humanidade, não pode haver uma globalização tão assimétrica. Tem que haver um esforço grande. E o Brasil tem um papel nisso, porque não é dos mais pobres. Tem o papel, portanto, de dizer: “Olhem, não dá para continuar assim.”

Tenho falado da África. Mas não é só a África. De certa maneira, em cada um desses grandes países como o nosso existem Áfricas. Isso não pode mais continuar assim. Essa questão é que são as correntes profundas da história.

É preciso ter que continuar, como no século XVIII, com os iluministas, acreditando na razão, ter argumentos. A razão, sozinha, não ganha. É preciso emoção. Mas tem que ter argumentos. Nós temos os argumentos. Esse “nós” não é o Brasil, senão o conjunto de pessoas que estão vendendo as transformações que estão ocorrendo no mundo,

têm argumentos para dizer que é preciso mudar mais rápido, que é preciso mudar mais rápido as formas de dominação, as formas de estruturação, no plano econômico, no plano comercial, mas também no plano político.

Não é possível que as Nações Unidas sejam chamadas só para co-nestas. Não é possível que o Conselho de Segurança passe a ser quase um cartório, onde se faz referência a uma resolução tomada há cinco, seis anos. E em nome dessa resolução antiga já se fez uma intervenção. Não é necessário.

Agora, os mais fortes, se não tiverem a consciência de que é necessário, não vão permitir mudanças. De modo que essa transformação não pode ser feita, a meu ver, à base do antagonismo, à base de dizer: "Sou contra os poderosos." Não. É chamar a atenção de que o poder acaba se não houver condições mais amplas. Acaba no tempo, mas acaba, se não houver uma mentalidade mais aberta que permita uma reconstrução de uma ordem que seja, realmente, mais participativa, mais solidária, como disse aqui o Ministro. Tenho oposto à idéia de globalização assimétrica uma globalização solidária.

Portanto, espero ter dado um certo panorama do muito que está sendo feito e do muito por fazer na política externa brasileira.

Mas diria, até com emoção: talvez, há muito tempo, o Brasil não tenha tido tanta voz no mundo. E, talvez, por isso mesmo, há tanto tempo o Brasil não precisasse ter tanto as Forças Armadas preparadas. E vamos precisar mais. Preparadas para quê? Para dar segurança, para que possamos ter segurança, não só segurança no sentido interno, segurança contra o terrorismo, mas segurança àqueles que estão falando pelo Brasil e que falam e têm como falar. Não para ameaçar ninguém, mas para sermos respeitados.

As conjunturas financeiras e fiscais nunca nos permitiram avançar muito depressa nessa direção. Mas nunca perdemos o rumo também.

Termino por agradecer a compreensão das Forças Armadas, que sabem que é preciso mais e, embora incomodadas, se conformam com o não ter o mais, e a compreensão também de saber que há mínimos que não se podem baixar e que é preciso manter, na tecno-

logia, no treinamento, na competência, na excelência certos núcleos que são fundamentais, porque temos, realmente, uma visão de Brasil que não é uma visão de um país que vai abaixar a cabeça, senão a de que é um país que, sem arrogância, vai querer contribuirativamente para um futuro melhor para o País e para a humanidade.

Muito obrigado.